

ARTIGO

**“E ISTO ATÉQUI TIVE QUE VOS ESCREVER POR VOSSO AVISAMENTO”:
A ATUALIZAÇÃO DO *TOPOS HISTORIA MAGISTRA VITAE* NAS
CRÔNICAS DE GOMES EANES DE ZURARA**

JERRY SANTOS GUIMARÃES

Doutor em Memória: Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Docente de História da rede pública de ensino da Secretaria de Educação da Bahia. E-mail: jerryguima@gmail.com
ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-7331-695X>.

MARCELLO MOREIRA

Doutor em Literatura Brasileira pela Universidade de São Paulo (USP). Professor pleno do Departamento de Estudos Linguísticos e Literários da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (DELL/UESB). E-mail: moreira.marcello@gmail.com
ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-6827-2772>.

RESUMO: Temos por objetivo analisar como Gomes Eanes de Zurara, segundo cronista-mor de Portugal, atualizou no século XV o *topos historia magistra vitae* em sua produção cronística a serviço do rei D. Afonso V. Com vistas a deleitar e instruir o seu público, Zurara expõe em suas crônicas bons e maus exemplos de conduta colhidos entre homens e mulheres, nobres e plebeus, atentando sempre para a necessidade da verossimilhança, cujos preceitos são fornecidos por autorizados tratados de arte retórica lidos em seu tempo.

PALAVRAS-CHAVE: *Historia magistra vitae*; Historiografia Medieval; Literatura Portuguesa; Retórica; Zurara, Gomes Eanes de.

**“SUCH THEN ARE THE MATTERS I HAVE HAD TO WRITE
FOR YOUR WARNING”:¹
THE UPDATE OF THE *TOPOS* OF *HISTORIA MAGISTRA VITAE* IN
THE CHRONICLES BY GOMES EANES DE ZURARA**

ABSTRACT: Our goal is to analyze how Gomes Eanes de Zurara, second chief chronicler of Portugal, updated in the fifteenth century the *topos* of *historia magistra vitae* in his chronicle writing under King Afonso V. In order to delight and instruct his audience, Zurara exposes in his chronicles good and bad examples of conduct retrieved among men and women, nobles and plebeians, while always observing the need for verisimilitude, whose precepts are provided by authorized rhetorical treatises read in his time.

KEYWORDS: *Historia magistra vitae*; Medieval Historiography; Portuguese Literature; Rhetoric; Zurara, Gomes Eanes de.

Recebido em: 30/11/2020

Aprovado em: 18/01/2021

DOI: <http://dx.doi.org/10.23925/2176-2767.2021v70p314-339>

¹ Conforme a tradução de Charles Raymond Beazley e Edgar Prestage da *Crónica de Guiné*, de Gomes Eanes de Zurara, para o inglês (AZURARA, 1896, p. 94).

A cronística portuguesa do século XV: uma historiografia retoricamente regrada

Na apresentação do seu *Livro da Montaria*, escrito após 1415, D. João I (1357-1433), rei de Portugal e do Algarve e Senhor de Ceuta, admite que, para escrevê-lo, contou não apenas com a sua própria experiência enquanto caçador, mas também com a ajuda de “muytos boôs monteyros” (D. JOÃO I, 1981, p. 5). Neste tratado o *Rei de Boa Memória* recomenda ao seu público, composto essencialmente por nobres, a prática da caça a cavalo de porcos-monteses e de ursos como meio de desenfado, de exercício militar em tempos de paz e de cultivo de virtudes. Apresenta-se, assim, como rei-cabeça que dirige o “braço armado” do corpo social (HANSEN; MOREIRA, 2013, p. 235-236; SIMÕES, 1993, p. 412).

Na última parte do seu tratado de arte cinagética D. João I convida os seus leitores e ouvintes a emulá-lo: caso alguns monteiros dominem alguma “manha” por ele não abordada, “se mais souberem, nom leixem de acrecentar em esto o conhecimento dellas, que quanto mais for, mais sera proueitoso”. Antes de escreverem os seus próprios livros de montaria, contudo, estes eventuais emuladores deveriam consultar, como o próprio régio autor fizera, outros “bõos monteiros (...) pera ueer se he natural rezom” o que propõem e, além destes, que também procurassem o “bõo prouimento de algum, ou de algũus bõos retóricos” para que não se desordenasse e nem se corrompesse a obra que viessem a escrever. O conhecimento técnico da caça, portanto, não era suficiente para a escrita de um bom livro sobre o assunto. Devia-se dominar concomitantemente uma outra arte, a retórica:

E dizemos quando ouuesse de escreuer com acordo de bõos retóricos, porque a todos he sabudo, que todollos liuros que som de historias, ou de ensinamentos, quando nom som escritos por bõa retorica, todos quando se leem som feos de leer, e de mais se de ensinamentos he, por mingua de retorica, os homẽes o nom tomam a tam bem (D. JOÃO I, 1981, p. 191).

Como se pode perceber, D. João I considera óbvio o fato de que, na escrita de livros dos mais diversos gêneros, é imprescindível o bom uso da arte retórica, não apenas para causar deleite, como também para melhor ensinar. Segundo as suas palavras, isto “a todos he sabudo”. Quer dizer, não apenas quem escrevia fazia uso consciente de procedimentos retóricos, mas também

aqueles que liam ou ouviam a leitura de tais livros sabiam que, na composição da obra, recorreu-se a diversos preceitos ensinados pela arte retórica. E assim é que, partilhando com o autor de uma mesma “memória dos *topoi*”, o seu público poderia julgar o engenho daquele que enunciou o discurso (HANSEN, 2006, p. 86).

Foi com a Dinastia de Avis, fundada por este mesmo D. João I, que o estudo da arte retórica ganhou uma maior importância em Portugal. Embora já houvesse uma universidade funcionando no reino desde o final do século XIII, o ensino das artes liberais ali oferecido continuou durante muito tempo incompleto. Do *Trivium* estudava-se basicamente a gramática e a dialética (ou lógica), faltando-lhe, pois, a retórica. Esta última arte só foi incluída de forma autónoma no programa de estudos da universidade portuguesa em 1432. No ano anterior o infante D. Henrique (1394-1460), que foi protetor e governador do Estudo Geral, doou-lhe umas casas em Lisboa, onde esta instituição então se encontrava sediada,² para que ali se ensinasse “todas as sçienças aprovadas polla sancta madre jgreia, conuem a ssaber, as sete artes libaraaes, a saber: gramatica, logica, rretorica, arismetica, musica, geometria, astrologia” (MONUMENTA HENRICINA, 1962, v. IV, doc. 3, p. 7). Seu irmão, o rei D. Duarte (1391-1438), o *Eloquente*, além de fazer referência à *Poética* de Aristóteles, encomendou a D. Alfonso de Cartagena, bispo de Burgos, a tradução para o castelhano do *De Inventione*, de Cícero. No prefácio o tradutor louva a D. Duarte como “príncipe esclarecido” por haver demonstrado desejo “de haber la ‘Arte de la Retorica’ en claro language, por conocer algo de las doctrinas que los antiguos dieron para feroso fablar” (apud FERNANDES, 1993, p. 575). E o infante D. Pedro (1392-1449), o qual, segundo o cronista Rui de Pina (1440-1522), era “Pryncype (...) bem latinado, e assaz mistyco em ciencias e doutrinas de letras”, traduziu para o português, dentre outras obras, o *Livro dos Ofícios* de Cícero (PINA, 1977, p. 754). Este mesmo infante demonstrou conhecer o *Liber Declamationum*, de Sêneca, o *Retor*. Assim, embora já se estudasse a arte retórica em Portugal em séculos anteriores – e prova disso são as bibliotecas dos mosteiros de Santa Cruz de Coimbra e de Santa Maria

² Durante todo o século XV a universidade portuguesa funcionou em Lisboa, onde foi fundada por D. Dinis (1261-1325) por volta de 1288. Por motivos vários no século XIV o Estudo Geral transitou entre Coimbra (períodos de 1308-1338 e 1354-1377) e Lisboa (períodos de 1288-1308; 1338-1354 e 1377-1537). Só em 1537 é que o rei D. João III (1502-1557) escolheu Coimbra como a derradeira sede da instituição (MARTINS, 2013, p. 41).

de Alcobaça, em cujos catálogos constam tratados como a *Rhetorica ad Herennium*, o *De Inventione* e as *Etimologias* de Santo Isidoro de Sevilha – é fora de dúvida que tal arte ganhou maior incentivo e projeção com D. João I e os seus filhos, a chamada *Ínclita Geração* (FERNANDES, 1993, pp. 574-575; 2011, pp. 15-19; SOUSA, 1997, p. 449).

Dito isto, voltemos ao trecho acima extratado do *Livro da Montaria*. Segundo D. João I, como vimos, o domínio da arte retórica é condição *sine qua non* para a escrita de bons livros de ensinamentos, dentre os quais ele cita como exemplo-mor justamente aqueles que “som de histórias”. Ora, foi também com a Dinastia de Avis que a escrita da história em Portugal foi pela primeira vez assumida pela corte régia – até então ela era composta sobretudo nos mosteiros, em latim. Em 1419, já sob o reinado de D. João I, estava a ser produzida em língua vulgar, a mando de um infante – certamente D. Duarte – uma crônica de monarcas portugueses. Em 1434, já rei, D. Duarte criou formalmente o cargo de cronista-mor, delegando-o ao seu secretário pessoal Fernão Lopes (138?-c.1460) (KRUS, 1993, p. 312-315; MOREIRA, 2010, p. 29-30; SERRÃO, 1972, p. 42). Pois bem, que um monteiro não soubesse como passar para o pergaminho, de forma elegante e pedagógica, os seus conhecimentos sobre a arte da caça era até compreensível – daí o conselho joanino de que ele se socorresse de um “bom retórico”. Do cronista-mor da Casa Real de Avis, contudo, justamente aquele que tinha por principal incumbência legitimar, através da escrita da história, o surgimento e o estabelecimento de uma dinastia defeituosa de origem, uma vez que fundada por um bastardo, esperava-se mais: encarregado de escrever o melhor dos livros de ensinamentos – a história – ele próprio, o cronista, deveria, como um hábil artífice, dominar a arte da persuasão.

A produção cronística na corte régia portuguesa do século XV situa-se dentro do período de longa duração da *instituição retórica* (HANSEN, 2013). O cronista sabia que escrevia em um subgênero da narrativa com preceitos muito específicos. Diferentemente da *fábula*, que narra ações que não são nem verdadeiras, nem verossímeis, como é próprio da tragédia; e do *argumento*, que narra ações que, se não são verdadeiras, são verossímeis, como é próprio da comédia, a narrativa da *história* tem como matéria as “ações realmente empreendidas”, de acordo com o Anônimo da *Retórica a Herênio* (I, 12-16). É basicamente o que Marco Túlio Cícero escreve no seu *De*

*Inventione*³ (I, 27). Ambos os retores latinos ecoam o que fora prescrito por Aristóteles ao diferenciar a história da poesia em sua *Poética* (9, 1451b): o historiador em seu discurso relata o que *aconteceu*; já o poeta, o que *poderia acontecer*. É no *De Oratore*, porém, que Cícero se mostra ainda mais contundente com respeito ao que singulariza a narrativa histórica em relação às demais: “Pois, quem desconhece ser a primeira lei da história não ousar dizer algo de falso? Em seguida, que não se ouse não dizer algo de verdadeiro?” (apud AMBROSIO, 2005, p. 38).

Pode ocorrer, no entanto, que o escritor de história, ao narrar o que realmente ocorreu, não consiga obter a *fides* dos seus leitores e ouvintes. Afinal, não basta que as coisas contadas no discurso histórico *sejam* verdadeiras; elas devem também *parecer* verdadeiras, conforme adverte o Anônimo da *Retórica a Herênio* (I, 16). É por isso que Fernão Lopes, ao tratar da Batalha de Aljubarrota,⁴ na qual o exército do recém-aclamado D. João I de Portugal venceu as hostes do seu inimigo D. Juan I de Castela (1358-1390), demonstra preocupação em narrar o confronto de modo a evitar que “destorias verdadeiras facamos (sic) fabulas patrannhosas” (LOPES, 1983, p. 106).

Mas como se pode narrar verossimilmente a verdade, de modo a angariar a *fides* do público? Na *Retórica a Herênio* encontramos alguns preceitos a este respeito:

A narração será verossímil se falarmos como o costume, a opinião e a natureza ditam, se nos ativermos à duração do tempo, à dignidade dos personagens, aos motivos das decisões e às oportunidades do lugar, de modo que não se possa refutar dizendo que o tempo era curto ou que não havia motivo, ou que o lugar não era favorável, ou que as pessoas em questão não podiam agir ou sofrer tais ações (ANÔNIMO, I, 16).

E Cícero prescreve no *De Inventione* (I, 34-36) que entre os atributos das *personae* que devem ser atualizados verossimilmente numa narrativa estão as suas qualidades e os seus defeitos, os seus hábitos, a sua conduta, as suas palavras, as suas virtudes e os seus vícios, os quais devem condizer com a sua

³ Utilizamos aqui a tradução em espanhol *La Invención Retórica*, de Salvador Núñez (CICERÓN, 1997).

⁴ Ocorrida no final da tarde de 14 de agosto de 1385, Aljubarrota é considerada a “mãe de todas as batalhas” portuguesas. Nela decidiu-se a independência de Portugal sob uma nova dinastia, a de Avis, após o interregno de 1383-1385. Sobre a Batalha de Aljubarrota remetemos a Coelho (2005, p. 73-90), Duarte (2007) e Monteiro (1998, p. 295-308; 2003, p. 273-274; e 2017, p. 188-193).

condição social e o seu tipo de vida. Deste modo, as ações que o cronista apresenta como sendo verdadeiras – algo que ele comumente afirma no prólogo e reafirma no decorrer de toda a sua história –, só parecerão verdadeiras aos seus leitores e ouvintes se o autor tiver observado o costume e a opinião deste mesmo público a respeito daquilo e daqueles de que trata. O cronista deveria pintar um príncipe, por exemplo, não necessariamente como ele de fato era, mas como as pessoas do seu tempo entendiam que um nobre tido por virtuoso deveria falar, agir e inclusive pensar. E o mesmo vale para um prelado ou um integrante do povo miúdo.

Que a verdade é o que caracteriza a narrativa histórica demonstra Gomes Eanes de Zurara (c.1405-c.1474), sucessor de Fernão Lopes no cargo de cronista-mor, sabê-lo muito bem. Zurara afirma ter bebido tal preceptiva em Cícero – a quem trata por seu segundo nome, Túlio. Cumpre lembrar, a propósito, que ao tempo de Zurara a *Retórica a Herênio* era ainda atribuída a Cícero e por isso chamada de *Retórica Nova*, ou *Retórica Segunda*. O *De Inventione*, tratado genuinamente ciceroniano, era então referido como *Retórica Velha*, ou *Retórica Primeira*. Não raro ambas as obras de arte retórica apareciam juntas num mesmo códice (FERNANDES, 1993, p. 575; 2011, p. 15; FARIA; SEABRA, 2005, p. 12).

Em sua *Crónica de Guiné*, ao discorrer sobre Gonçalo de Sintra, escudeiro e criado do infante D. Henrique, Zurara arrazoia que, devido à sua própria ação imprudente – não ter obedecido a ordem do infante de ir diretamente à Guiné, cedendo antes à cobiça de tentar capturar mouros em algumas ilhas do Atlântico – aquele nobre encontrou a morte:

Feia cousa seria, prosseguindo nossa historia, se não escrevessemos assim as desaventuras da nossa gente como seus bons aquecimentos, que diz Tulio em seus livros, que entre os grandes cargos do historiador, principalmente deve ser lembrado de escrever verdade, e que escrevendo a verdade não mingue dela nenhuma cousa (ZURARA, 1973, p. 129).

Zurara, portanto, em obediência à *autoridade* de Marco Túlio Cícero, declara não se furtar a escrever a verdade das coisas, ainda que dolorosa seja, uma vez que é isto o que caracteriza o discurso que está a enunciar. E mais: ao narrar as “desaventuras” dos portugueses nos seus confrontos com os “infiéis” que habitavam as terras atlântico-guineenses ele busca obter a *fides* do seu

público na medida em que todos sabem que em batalhas e em escaramuças não se vence sempre. Por fim, era igualmente plausível que um escudeiro que desobedecesse a um senhor tão virtuoso quanto era o infante D. Henrique não fosse exitoso nos seus atos.

Além do *verdadeiro* e do *verossímil*, portanto, o cronista medieval também buscava respaldo para a sua narrativa histórica em textos considerados *autênticos*, isto é, de autoridade reconhecida, tanto pela corte quanto pela Igreja. Um autor invocado era tanto mais autêntico quanto maior fosse o poder de quem o aprovava e recomendava: um príncipe ou um rei, um bispo ou um papa, etc. (GUENÉE, 2002, pp. 530-531). Em assim sendo, era de se esperar que os autores dos textos que constavam nas bibliotecas régias e eclesiásticas ou que eram referidos por príncipes e altos prelados em seus discursos fossem considerados suficientemente autorizados. Este é o caso de Marco Túlio Cícero, o qual era, segundo Joaquim de Carvalho (1949, p. 63), um dos autores latinos mais estimados na corte avisina.

Bernard Guenée alerta que o *autêntico* e o *verossímil* tinham um peso maior que o *verdadeiro* enquanto critérios para a escrita da história durante a Idade Média. A intenção de escrever a verdade, tão alardeada pelos cronistas, acabava se sujeitando à autoridade dos textos autorizados e à aparência de verdade, obtida através da preceituação retórica. Seja porque estava a serviço de um determinado projeto de memória e de esquecimento, seja porque uma das principais tarefas do seu ofício consistia em fornecer uma grande quantidade de exemplos que servissem para a instrução do seu público, o cronista sabia que “era melhor relatar o que deveria ter acontecido”, e não necessariamente o que se passou (GUENÉE, 2002, p. 531).

Os memoráveis *exempla* da cronística de Gomes Eanes de Zurara

O Anônimo da *Retórica a Herênio* (IV, 59, 62) define o *exemplum* como “o relato de algo feito ou dito no passado com a segurança do nome do autor”. Assim como a similitude, o exemplo pode ser utilizado como ornamento, como prova, como meio para falar com mais clareza ou ainda “para colocar algo diante dos olhos”. No *De Inventione* (I, 49) Cícero explica que o exemplo serve para confirmar ou atenuar um fato recorrendo-se à autoridade e à

experiência de outras pessoas ou ao desfecho de algum acontecimento. E o lugar onde mais exemplos podem ser encontrados é justamente na narrativa histórica, segundo Cícero escreve no seu *De Divinatione*: “*plena exemplorum est historia*” (apud KOSELLECK, 2006, p. 43).

Gomes Eanes de Zurara apoia-se na autoridade de Cícero para dizer que compete àquele que escreve a história “razoar sobre o seu escrito o que lhe justamente parecer (...) para ficar verdadeiro autor” (ZURARA, 1973, p. 24). O arrazoado é uma figura da elocução na qual o autor se pergunta a razão do que afirma, pedindo a si mesmo uma explicação possível para cada uma das coisas que propõe (ANÔNIMO, IV, 23). É por isso que Zurara discorre sobre os motivos que teriam levado o já citado Gonçalo de Sintra a arriscar-se à morte: cobiça, vontade de servir, desejo de honra, inclinação dos astros ou “divinal juízo”? Fosse o que fosse – diz o cronista –, “é bem que vejamos se em este acontecimento contrario podemos apanhar algumas cousas proveitosas”. Após elencar sete lições a serem aprendidas com a morte daquele escudeiro, Zurara arremata o seu arrazoado com as seguintes palavras: “*E isto atéqui tive que vos escrever por vosso aviso*”. O autor da história está, pois, a aconselhar o seu público através do mau exemplo do desditoso Gonçalo de Sintra, já que “acontece de receberem os homens grandes avisamentos pelas desaventuras alheias” (ZURARA, 1973, pp. 129-138, grifo nosso).

Observemos um outro fato referido na *Crónica de Guiné* que Gomes Eanes de Zurara conecta ao insucesso de Gonçalo de Sintra. Depois de narrar várias vitórias dos cristãos sobre os mouros, o cronista conta um confronto em que morreram sete portugueses diante de seus inimigos. Arrazoa o autor que é próprio da fortuna dar muitas voltas e, citando os *Comentários de César*, diz que “não podem os inimigos sofrer longa tristeza, nem os amigos continuado prazer”, motivo pelo qual ele, o cronista, se vê obrigado a expor um acontecimento que, “ainda que triste seja”, necessário é fazê-lo “por que nossa historia leve sua direita ordenança”. Após narrar a “trabalhada morte” dos sete cristãos, Zurara diz que se eles tivessem se lembrado do que acontecera a Gonçalo de Sintra “*poderiam tirar alguns avisamentos*” e ter salvado as suas vidas (1973, pp. 209-213, grifo nosso).

Qualquer um que leia as “crônicas antigas” sabe dos males que advêm aos incautos, pondera Zurara em sua primeira obra, a *Crónica da Tomada de Ceuta* (1992, p. 129). Ele respalda-se, pois, na autoridade de outros autores de

história, a quem busca imitar no aconselhamento do seu público a partir dos exemplos presentes em sua própria matéria. E assim é que, para escrever verossimilmente a verdade, Gomes Eanes de Zurara não deixa de fazer referências a malogros eventuais das personagens de suas narrativas. O registro destes desaires, além de granjear *fides* para o seu discurso, tinha, segundo então se pensava, *utilidade* para as vidas dos seus leitores e ouvintes, uma vez que estes teriam a oportunidade de evitar cair nos mesmos erros e vícios de pessoas que viveram antes deles.

Nem só de maus exemplos, no entanto, é feita a história. Muito pelo contrário. Seu discurso, de cariz eminentemente moralista, deve também apresentar bons exemplos que constriam o público a querer imitar e mesmo superar modelos de honradez. O preceito foi estabelecido por Cícero no seu *De Oratore*:

Quem exorta a virtude mais ardentemente, quem mais severamente faz recuar dos vícios? Quem vitupera os ímprobos mais asperamente, quem mais elegantemente louva os bons? Quem pode, acusando, abater a cupidez com mais veemência? Quem, consolando, alivia mais docemente as aflições? *A história, na verdade, testemunha dos tempos, luz da verdade, vida da memória, mestra da vida, mensageira da antiguidade*, com que palavra, a não ser a do orador, será confiada à eternidade? (*apud* AMBROSIO, 2005, p. 30, grifo nosso).

Observamos aqui o motivo de a história pertencer ao gênero demonstrativo, ou epidítico: ela tanto vitupera quem se entrega aos vícios quanto louva os que agem virtuosamente.⁵ E, ao fazê-lo, impele os homens a não cederem à corrupção moral, mas, ao invés disso, a buscarem a honra. A verdade das palavras e das ações narradas poderia servir de lume para as veredas a serem trilhadas pelos que se permitem ser instruídos pelo discurso da história, tornando-lhes claros os bons e os maus caminhos. Neste sentido, o enunciador do discurso da história, ao salvar do esquecimento os exemplos daqueles que agiram com honra ou torpeza, desempenha um papel importantíssimo na doutrinação moral do seu público, tanto o imediato quanto o posterior, já que a sua palavra escrita “será confiada à eternidade”.

⁵ Três são os gêneros da retórica, conforme Cícero ensina no seu *De Inventione* (I, 7): o demonstrativo, ou epidítico, utilizado para elogiar e censurar, próprio de poetas e historiadores; o deliberativo, empregado para discutir questões políticas; e o judicial, típico dos tribunais, voltado para a acusação e a defesa.

A expressão que dá nome a tal *topos*, *historia magistra vitae*, é ciceroniana, mas o argumento de que “a história é mestra da vida” se faz também presente nos escritos de historiadores como o grego Tucídides e o latino Tito Lívio.⁶ Entre pensadores cristãos como Santo Isidoro de Sevilha (c.556-636) e São Beda (c.672-735), o *Venerável*, tal *topos* servirá para justificar a utilização da história pagã – ainda que em lugar subalterno em relação à Bíblia e aos escritos dos Pais da Igreja – como repositório de modelos e de antimodelos de conduta (KOSELLECK, 2006, pp. 41-45).

Reis e infantes das primeiras gerações da Dinastia de Avis valeram-se do *topos historia magistra vitae* em seus diversos escritos com fins doutrinários e persuasivos, além de terem sido aconselhados através deste mesmo expediente.

O *Rei de Boa Memória* cita no seu *Livro da Montaria* uma “caronica romãa” para ilustrar, a partir do modelo de Júlio César, a necessidade da temperança (D. JOÃO I, 1981, p. 12). Que este monarca deveria conhecer bem vários exemplos históricos demonstra-o uma situação narrada por Gomes Eanes de Zurara. Com o intuito de convencer D. João I a posicionar-se a favor da tomada de Ceuta, os letrados consultados por este rei fizeram uso de modelos contidos nas Santas Escrituras, nas canções de gesta e nas crônicas. Estas últimas, no entanto, foram as que tiveram maior peso na argumentação, segundo Zurara: “E para que são mais outras escrituras, somente as histórias que tendes vós outros príncipes em vossas câmaras, pelas quais vossos antecessores são ante vossos olhos” (1992, p. 65).

O infante D. Pedro, no *Livro da Virtuosa Benfeitoria*, obra escrita com frei João Verba, seu confessor, vai buscar nas “cronycas antigas” e em livros de “storia” alguns exemplos de virtude, seja entre romanos, seja entre cavaleiros cristãos (1981, p. 572-574). No *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela* D. Duarte (1981b, p. 513-514) diz que nas “cronycas aprovadas” os nobres podem colher “boos exempros e sabedorias que muyto prestam, com a graça do senhor, aos tempos da necessarydade”. Assevera o *Eloquente* ainda, desta feita no seu *Leal Conselheiro* (1981a, p. 398) que as “caronycas” contêm numerosos

⁶ No prefácio de sua *História de Roma*, por exemplo, Tito Lívio declara: “Lo que el conocimiento de la historia tiene de particularmente sano y provechoso es el captar las lecciones de toda clase de ejemplos que aparecen a la luz de la obra; de ahí se ha de asumir lo imitable para el individuo y para la nación, de ahí lo que se debe evitar, vergonzoso por sus orígenes o por sus resultados” (LIVIO, 1990, p. 162-163).

relatos de homens que exemplarmente arriscaram os seus corpos “por acrecentar ou guardar a honrra”.

Na biblioteca eduardina constavam hagiografias, crônicas e livros de história em latim e em “linguagem”, termo que poderia se referir não apenas ao português, mas também a outras línguas ibéricas, como o castelhano e o aragonês (D. DUARTE, 1982, p. 206-208). A partir do testamento do caçula dos infantes, D. Fernando (1402-1443), ficamos sabendo que entre os livros que ele possuía havia vidas de santos e, dentre eles, de D. Isabel de Aragão (1271-1336), a *Santa Rainha* (MONUMENTA HENRICINA, 1964, v. VI, doc. 52, pp. 108-132).

Nos conselhos escritos que D. Duarte pedia a pessoas de sua confiança os seus outros irmãos também fazem menções a exemplos registrados nas obras de história. O infante D. João (1400-1442), ao ponderar sobre a conveniência de se fazer guerra aos mouros africanos, afirma que “grandes mjlagres” realizados por Deus em favor dos cristãos estão registrados nas “verdadeiras coronicas” (*apud* D. DUARTE, 1982, p. 47). E o infante D. Henrique, para convencer o seu régio irmão a investir sobre o Marrocos, cita o que aconteceu a “grandes Inperadores e reis e grandes senhores”, os quais, por perigos, trabalhos e despesas venceram os seus contrários, conforme se pode ler nas “coronjcas deles” (*apud* D. DUARTE, 1982, p. 119).

O infante D. Pedro, ao educar o seu sobrinho e genro, o rei D. Afonso V (1432-1481), o *Africano*, introduziu na corte portuguesa o hábito de o monarca comer em público e acompanhado de nobres, ocasião em que se “costumava mandar ler proveitosos lyvros, e ter praticas e disputa, de que se tomava muyto insyno e doutrina”, segundo nos informa o cronista Rui de Pina (1977, p. 754). Entre tais livros estavam certamente as crônicas. Havia até na corte afonsina um funcionário específico para a leitura de obras deste tipo, e conhecemos o nome de um, o privado real Álvaro Gonçalves de Cáceres, “barom virtuoso e fiel”, “servidor e leitor das caronicas e livros de Castela” (*apud* GOMES, 2009, p. 183).

D. Afonso V demonstrou proximidade com autores como Tito Lívio, Quinto Cúrcio e Lucano, citados por ele em carta escrita de próprio punho, datada de 22 de novembro de 1467 e endereçada ao seu cronista, Gomes Eanes de Zurara, que então se encontrava no Marrocos entrevistando pessoas e conhecendo lugares para a escrita de sua última obra, a *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*. Ademais, D. Afonso V conhecia bem as crônicas por ele

patrocinadas: de acordo com as suas próprias palavras, foi depois de ver a “coronica” dos “feytos de cepta”, escrita por Zurara, que ele com mais boa vontade distribuiu recompensas a quem tinha tal merecimento (*apud* ZURARA, 1978, p. 42).

Fernão Lopes chega a citar textualmente o *topos* ciceroniano. Tratando dos números de combatentes que os reis de Portugal e de Castela tinham em suas hostes na já citada Batalha de Aljubarrota, Lopes se queixa do “desvairo dos autores” que consultou a este respeito. Alguns, para justificar a derrota humilhante dos castelhanos, exageraram na quantidade de guerreiros portugueses. O cronista, por seu lado, afirma que, embora ele mesmo seja português, não vai aumentar propositadamente o número de homens do exército inimigo nem diminuir o conto dos que lutaram ao lado de D. João I só para que os portugueses sejam “mais louvados”. É então que Fernão Lopes assevera que, depois “de muito revolver de livros cõ graõ trabalho e delengêçia”, chegou ao número certo das hostes rivais “*porque a estoria ade ser luz da verdade e testemunha dos antigos tempos*”⁷ (LOPES, 1983, p. 90, grifo nosso).

O argumento de que “a história é mestra da vida” é uma constante nas narrativas históricas do sucessor de Fernão Lopes no cargo de cronista-mor. Gomes Eanes de Zurara afirma que aceitou o encarrego de escrever a *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, por exemplo, para que “*os feitos e obras do passado seja rregra e ordenança pera os que ham-de vir, caa, vemdo-se homês como aquelles, por vergonha poderã comtar husarem de menos virtude que os outros*” (1997, p. 177, grifo nosso). Registrar exemplos, especialmente os de pessoas virtuosas, é, de acordo com o que Zurara escreve em sua primeira obra, o que justifica a atividade do cronista enquanto preservador da memória:

Porque todo o principal fim dos autores historiadores está no recontamento das virtuosas pessoas, porque a sua clara memória, por nenhum prolongamento de idade possa ser afastada de ante os

⁷ Contando conjuntamente guerreiros nobres e peões, Fernão Lopes (1983, p. 91) diz que no exército português lutaram 6.500 homens contra pouco mais de 30.000 do lado de Castela, numa proporção de 1 para 5. É consenso atual entre os historiadores, porém, que havia cerca de 10.000 homens nas tropas do rei de Portugal contra 20.000 a 30.000 compondo o exército castelhano. Fernão Lopes, afinal, a despeito do que afirma, provavelmente exagerou em sua contagem para maior louvor de D. João I (DUARTE, 2007; MONTEIRO, 1998, p. 295-308; MONTEIRO, 2003, p. 273-274).

presentes, a qual cousa, por certo, traz consigo dois mui proveitosos fins. O primeiro enquanto amoesta àqueles que vêem e ouvem o memorial das suas virtuosas obras. (...) O segundo fim é porque, se os homens sentissem que, pelo falecimento de sua vida, se acabaria toda sua renembrancha certamente não se poriam a tão grandes trabalhos e perigos, como vemos que se manifestamente põem. A qual cousa foi o principal azo por que os primeiros autores se esforçaram a compor histórias (ZURARA, 1992, pp. 143-144, grifo nosso).

Assim, quando o cronista imortaliza através de sua escrita exemplos de pessoas que agiram com virtude, ele doutrina tanto aos presentes quanto aos vindouros sobre o melhor comportamento a ser seguido. E mais: incentiva as pessoas a sofrerem “trabalhos e perigos” em prol do bem comum, uma vez que os “altos feitos” registrados nas crônicas são a garantia de que o nome e a fama não morrem quando se extingue a vida de quem bem agiu: a sua “renembrancha” permanecerá ao longo dos séculos.

E disto os homens do seu tempo tinham consciência, segundo Zurara. Ao narrar os momentos que antecederam o desembarque dos cristãos para o assalto de Ceuta, ocorrido em agosto de 1415, o cronista imagina quais teriam sido os “nobres pensamentos” daqueles “a que a natureza guarnecera de verdadeira fortaleza”. Na pena zurariana eles se consideravam bem-aventurados por terem o privilégio de participar de tal feito. Não temiam a morte, pois mesmo que viessem a perecer naquelas terras tinham a certeza da salvação das suas almas através do espargimento do sangue dos infiéis.⁸ E mais: além de permanecerem vivos na memória de Deus, também seriam imortais na memória dos homens graças ao labor do cronista. Eis os pensamentos verossímeis daqueles homens de nobre condição a este respeito, segundo Zurara:

E os autores das histórias, apartados em seus estudos, estarão contemplando na bondade de nossas forças e escreverão nossos feitos para ensinança de muitos vivos, e voará a fama de nossa morte por todas as partes, onde os homens conhecerem escrituras. E nossa fortaleza será como espelho de todas aquelas gentes, que descenderem de nossa linha. Os quais sempre viverão em favor de nosso merecimento. Cá os rex que depois vierem a Portugal, sempre terão razão de se nembrarem de tamanho feito (ZURARA, 1992, p. 214-215, grifo nosso).

⁸ O que ademais era garantido pela bula de cruzada obtida por D. João I e lida pelo frei João de Xira a todos os combatentes em Lagos, ainda no Algarve (ZURARA, 1992, p. 184-187).

Esperava-se, pois, que houvesse um círculo virtuoso entre o escritor de narrativas históricas e os seus leitores e ouvintes. Enquanto o primeiro fornece os exemplos que devem ser imitados, os segundos, inspirados nos modelos preservados nas crônicas, almejam eles mesmos se tornarem novos exemplos de virtude, tornando-se assim matéria para novos cronistas. Através da história, portanto, aqueles que bem agiram poderiam ser imortalizados na memória dos presentes e dos vindouros.⁹ Ademais, os seus descendentes poderiam se beneficiar dos seus atos através de benesses obtidas junto aos reis graças ao bom nome que seus antepassados granjearam para si, e cuja prova é a própria “escritura” da crônica.

O projeto avisino de memória e de esquecimento¹⁰ encetou a produção cronística no âmbito da corte para a legitimação e o louvor dos seus virtuosos monarcas. Estes eram, pois, os máximos *exempla* a serem seguidos por todo o corpo social. Não os únicos, todavia. Uma das diferenças que podemos apontar entre Gomes Eanes de Zurara e Fernão Lopes é que, enquanto este se dedicou exclusivamente à escrita das histórias dos reis – embora concomitantemente apontando vários *exempla* de conduta honrada, sendo o maior deles o do condestável D. Nuno Álvares Pereira (1360-1431) –, Zurara compôs obras que tinham como protagonistas nobres a serviço dos soberanos de Avis: os condes D. Pedro (1370-1437) e D. Duarte de Meneses (1414-1464), com as suas respectivas crônicas, e o infante D. Henrique, com a *Crónica de Guiné*. E ainda que a *Crónica da Tomada de Ceuta* tenha sido escrita para dar continuidade à história do reinado de D. João I, este rei acaba sendo secundarizado na narrativa e o protagonismo é entregue por Zurara ao infante D. Henrique (DUARTE, 2003, pp. 402-406).

Nos sete primeiros capítulos da *Crónica de Guiné* Gomes Eanes de Zurara constrói um discurso laudatório dedicado ao infante D. Henrique, o qual, segundo o cronista, apesar de ter sido “Príncipe sem coroa”, foi um “Príncipe pouco menos que divinal” (1973, p. 13 e 22). E só não foi rei por um acaso de ordem de nascimento e pelo rigor das leis de sucessão, porque em

⁹ Uma discussão mais aprofundada a respeito das relações entre história, memória e esquecimento na cronística de Gomes Eanes de Zurara pode ser encontrada em Guimarães (2019, p. 130-196).

¹⁰ Sobre a manipulação da memória e do esquecimento empreendida pela Casa Real de Avis, especialmente nos reinados de D. João I, D. Duarte e D. Afonso V, remetemos a Guimarães (2019, p. 58-114).

majestade, de acordo com Zurara, D. Henrique superava a todos os seus irmãos (cf. DUARTE, 2005, p. 48). Todos, inclusive aos seus irmãos mais velhos, o infante D. Pedro e mesmo aquele que viria a ser rei, D. Duarte. Eis as palavras do cronista: “o Infante Dom Henrique foi um homem, cujos feitos e estado, entre todos seus irmãos, teve maior vantagem de realeza, leixando o Infante Duarte a que, por direita sucessão, convinha de o fazer” (ZURARA, 1992, p. 101). Uma “escorregadela” de Zurara que tem passado despercebida pelos historiadores, segundo Luís Miguel Duarte (2005, p. 48), mas que é muito expressiva no que se refere à altíssima conta em que o cronista tinha a este infante, *exemplum* superlativo de uma geração que vinha sendo apresentada como praticamente perfeita.

Os Meneses são também descritos por Zurara como modelos de virtudes que bem mereceram ter os seus nomes e as suas ações salvos do esquecimento. Do conde D. Pedro o cronista diz que é mister oferecer, através da escrita da sua história, sua “ymagem (...) pimtada de virtudes, na qual, como em espelho, se possa esguardar o lume de seus feitos amte a presemça de todollos outros que depois vierem nos tempos da fotura hydade”. Assim, não apenas os seus descendentes, mas “todollos tres estados” que compunham o corpo social beneficiar-se-iam do *exemplum* do primeiro capitão de Ceuta. Como Zurara se esforça em demonstrar no decorrer de toda a crônica, o conde D. Pedro de Meneses não apenas defendia a cidade marroquina sob o controle cristão, mas também fazia incursões sobre os mouros, ofendendo-os e desterrando-os, “sem allgũ temor nẽ espamto de força”. Ora, nem mesmo Valério Máximo, que tantos exemplos de honradez coletara, teria em sua obra “allgũ outro que na virtude de fortalleza nẽ magnaminydade a este possa fazer exellemçia” (ZURARA, 1997, pp. 176-177, 260-261).

Do filho, o conde D. Duarte de Meneses, Gomes Eanes de Zurara destaca o “tam assjnado seruiço” prestado, o qual não deveria passar “sem perpetua nembrança”, nem sua memória deveria ficar sem “grande louuor”. O modelo do capitão de Alcácer Ceguer deveria motivar os seus descendentes – e por certo a todos os que da sua história tomassem conhecimento – a emulá-lo na “uirtude pera fazerem cousas dignas de honra e de louuor. como a memoria dos passados seia exemplo assy pera os presentes como daqueles que ham de vïjr” (ZURARA, 1978, pp. 44-45).

Deste modo, embora em todos os reinos se façam crônicas dos seus soberanos, “não se leixa porem de escrever apartadamente os feitos dalguns seus vassallos quando o grandor deles é assim notavel, de que se com razão deve fazer apartada escritura”, segundo Zurara. Assim o mereceram João de Lançon na França, Cid Rui Dias em Castela e o condestável D. Nuno Álvares Pereira em Portugal. Longe de se sentirem diminuídos em suas majestades por patrocinares crônicas de grandes da nobreza, os reis se mostram contentes porque, ao salvarem do esquecimento os seus modelos, “tanto mais a sua honra é alevantada quanto eles hão senhorio sobre maiores e mais excelentes pessoas, que nenhum principe não pode ser grande se ele não reina sobre grandes; nem rico se não senhorea sobre ricos” (ZURARA, 1973, pp. 9-10).

E o mesmo princípio vale para outros nobres a serviço dos Meneses e do infante D. Henrique no Marrocos e na Guiné. Na sua *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses* Zurara afirma que, embora seu desejo maior fosse escrever a história do reinado do seu protetor, D. Afonso V, o próprio rei “amtepos o louvor dos outros a sua propia fama”, uma vez que ele “rrequereo e ãcomemudou que me trabalhasse d’ajumtar e escrever os ditos feitos, primçipallmente por louvor e gloria daquelle comde [D. Pedro de Meneses] e dos outros nobres e virtuosos barões que com elle, por defemsão da samta ffee e onrra da coroa de Portugall, naquella çidade [Ceuta] tam vyrtuosamemte trabalharão”. No final das contas, nesta cadeia que vai de escudeiros, cavaleiros e fidalgos e passa pelos condes e infante protagonistas das crônicas, a culminância é o rei: todos os *exempla* de nobres registrados por Zurara redundam no louvor daquele que é, em nome de Deus, “a primçipall causa de se esta obra começar e acabar” (ZURARA, 1997, pp. 174-175, grifo nosso).

Cícero estabelece no seu *De Oratore*, contudo, que na história “sejam narrados não só os feitos dos grandes homens, mas também a vida e a natureza daqueles que se sobressaem pela fama e pelo nome” (apud AMBROSIO, 2005, p. 38). Também a isto esteve Gomes Eanes de Zurara atento.

Como escreve o cronista, respaldando-se uma vez mais na autoridade de autores de história, “não somente filharam os antigos cuidado de escrever os feitos dos virtuosos homens, mas ainda das virtuosas mulheres” (ZURARA, 1992, p. 145). E não é apenas a esposa de D. João I, a rainha D. Filipa de

Lencastre (1360-1415), a quem dedica nove capítulos da *Crónica da Tomada de Ceuta* (1992, p. 143-168), que Zurara aponta como *exemplum* de virtudes. Na sua *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses* ele encontra espaço para louvar as mulheres que venceram a sua 'natural fraqueza' e se dispuseram a ajudar os homens a defender Ceuta durante o cerco imposto pelos mouros, fosse transportando pedras e munição, fosse empunhando lanças e escudos. A duas Zurara cita nominalmente: Leonor Afonso, esposa de Lopo Martins, e Catarina de Santiago, solteira. Ambas mataram mouros (ZURARA, 1997, p. 474 e 485). Também a mulher do cavaleiro Álvaro Fernandes Palenço é elogiada por este cronista. Tendo o dito Palenço sido aprisionado pelos mouros, a sua esposa diligentemente trabalhou-se de "hyr muitas vezes fora de sua casa, por caminhos longos, rrequerer e buscar a liberdade de seu marido". Zurara afirma que ele mesmo testemunhou o grande empenho daquela senhora. E ainda que principalmente o rei e os infantes devessem ser louvados "por lhe aviarẽ aquelles mouros" que seriam negociados no resgate de Palenço, "sua molher he digna de se rregistrar em este vellume por sua nobre memoria, *por ser emxemplo as boas molheres*". O cronista afirma que este é o melhor "gallardão" que poderia oferecer à esposa de Palenço, embora não nos tenha deixado o seu nome. E se as outras mulheres do reino seguirem a sua conduta modelar, "fazemdo o que devẽ, rreçebam louvor nõ soomemte dos presentes, mas de todollos que adiamte vierem" (ZURARA, 1997, p. 599-600, grifo nosso). Quem também "nom merece pouco louuor ante deos e os homeens", segundo Zurara (1978, pp. 233-234), é D. Isabel de Castro, esposa do conde D. Duarte de Meneses, por ter cuidado pessoalmente dos cristãos feridos durante o segundo cerco dos mouros a Alcácer Ceguer.

Que Gomes Eanes de Zurara foi o "cronista da nobreza e da cavalaria" já o demonstraram vários críticos, e muitos deles chegam a afirmar que o cronista só consegue enxergar vícios na gente miúda.¹¹ Dos homens desta chusma, portanto, Zurara só teria antimodelos de conduta a apresentar. É inegável que o cronista de D. Afonso V, atualizando o que prescrevem várias autoridades, apresenta em muitas passagens das suas crônicas os homens do povo miúdo como covardes, cobiçosos, insubordinados e murmuradores, oferecendo assim aos nobres, através do contraste com os homens de baixa

¹¹ Dentre eles destacamos Manuel Rodrigues Lapa (1977, p. 416-422) e António José Saraiva (1965, p. 24-28; 1985, p. 359; 1988, p. 178, 248-251).

condição, os tipos de conduta a serem evitados. Por outro lado, não faltam na cronística zurariana exemplos de plebeus virtuosos. Como se pode ler no prólogo da *Crónica de Guiné*, Gomes Eanes de Zurara afirma que escreverá para pôr em lembrança a “notável memoria” não apenas do infante D. Henrique e dos seus criados, mas também de “outras boas pessoas de nosso Reino, que em os ditos feitos virtuosamente trabalharam” (1973, p. 12). E na *Crónica da Tomada de Ceuta* Zurara se defende da maledicência dos nobres cujos nomes e ações ficaram de fora da sua narrativa do seguinte modo:

Nem presuma algum que eu não pus tamanha diligência em requerer e buscar todos os aquecimentos dos outros senhores. *E não ainda daqueles principais, mas de qualquer outro do povo, escrevera seu feito, se o achava em merecimento, ou o pudera saber por qualquer guisa* conhecendo bem que a vontade de el-Rei meu senhor é perfeitamente saber todos os merecimentos de seus naturais para honrar a memória dos mortos, e remunerar aos vivos por os trabalhos de seus padres ou deles mesmos (ZURARA, 1992, p. 248, grifo nosso).

O cronista de D. Afonso V não fica na promessa: embora no decorrer das suas quatro crônicas ele se dedique mormente a registrar modelos oferecidos por escudeiros, cavaleiros e fidalgos, Zurara não se esquece de narrar feitos realizados por homens baixos do povo que os tornam exemplares, chegando algumas vezes mesmo a nomeá-los.

Gomes Eanes de Zurara diz, por exemplo, que “era formosa cousa de ver” os calafates, açougueiros, pescadores, peixeiras, moedeiros, tanoeiros, alfaiates, tosadores, carpinteiros, marinheiros e almocreves, dentre outros mesteirais, ou oficiais mecânicos, trabalhando ativamente nos preparativos para a tomada de Ceuta (ZURARA, 1992, p. 118 e 139). Executando satisfatoriamente o seu papel de “pés” que com o seu trabalho sustêm, mantêm e movimentam o “corpo”, o povo miúdo contribuía para o bem comum, motivo pelo qual merecia ser elogiado.

Depois de narrar o desbarate que o conde D. Pedro de Meneses e os seus homens fizeram sobre os mouros que investiram certa ocasião sobre Ceuta, já então sob o domínio cristão, Gomes Eanes de Zurara dá o seguinte saldo: “E em este dia emtrarã na çidade XXVIII mouros presos e foram mortos CCXX. E dos nossos morrerã tres, *scilicet*, Allvaro Pinto, e hũ homem de pee (...) *que morreo como muito bõo homẽe*, e hũu beesteiro” (1997, p. 618-619, grifo nosso). Os “homens de pé” compunham a parte menos especializada da

peonagem (BARROCA, 2003, p. 92). Isto não impediu, no entanto, que um deles, ainda que inominado, fosse louvado pelo cronista como “bom homem”. A outro homem de pé, porém, Zurara nomeia, ao mesmo tempo em que o elogia pela sua atuação exemplar enquanto guerreiro. Trata-se de Martim Gonçalves, peão que serviu em Alcácer Ceguer, “o qual conhecendo de ssy uirtude se meteo antre elles [os fidalgos portugueses] *onde fez assaz do que a boom homem conuijnha fazer*” (ZURARA, 1978, pp. 171-172, grifo nosso). Também na vila capitaneada por D. Duarte de Meneses combateu André Anes, “homem specyal” no mester de atirar com a besta, atividade típica da “gemte popullar”, segundo Zurara.¹² Durante o segundo cerco a Alcácer Ceguer o dito André Anes matou a dois dos inimigos sem temer as pedras que eles lançavam incessantemente sobre a vila e, com um tiro certo de sua besta, destruiu os assentamentos dos canhões dos mouros (ZURARA, 1978, p. 202-203; 1997, p. 480-481). Tampouco deveriam ficar “sẽ homrroso louvor” dois peões que serviram como sentinelas em Ceuta, os quais, mesmo desarmados e cercados em uma torre por cerca de dois mil infiéis, “se defêderã como *homẽs de nobres corações*” (ZURARA, 1997, p. 590-593, grifo nosso). Estes são alguns exemplos que mostram como, a despeito do que durante muito tempo se afirmou, Zurara aponta, sim, a homens oriundos da gente miúda como modelos, e não apenas como antimodelos, em suas crônicas, escritas para a educação dos nobres, seu público primeiro.¹³

Considerações finais

Fizemos menção páginas atrás a uma epístola que D. Afonso V escreveu a Gomes Eanes de Zurara em 22 de novembro de 1467, quando este se encontrava no Marrocos. Ali o soberano compara o seu cronista a autoridades da Antiguidade greco-romana. Os virtuosos exemplos deixados por Aquiles, por Roma, por Alexandre Magno e por Júlio César só foram preservados e se tornaram conhecidos na posteridade graças àqueles que escreveram as suas histórias, segundo o *Africano*. E mesmo as suas grandes ações “não são tão

¹² De acordo com as *Ordenações Afonsinas* (liv. I, tit. LXIX, § 29) os besteiros deveriam ser recrutados entre os oficiais mecânicos casados, a exemplo de sapateiros, alfaiates, carpinteiros, pedreiros, almocreves, tanoeiros “e de quaeesquer outros mesteres”.

¹³ Sobre o louvor zurariano à gente miúda, ver Guimarães (2019, p. 397-487).

dinas de memorya quanto saõ doços de ouujr, e leer pelo boom estilo em que foraõ escriptas”. Ao mesmo tempo em que D. Afonso V equipara a si e aos seus nobres servidores aos grandes da Antiguidade Clássica, portanto, eleva consigo o seu cronista na medida em que o tem, estilisticamente inclusive, como o equivalente nos seus dias a um Homero, a um Tito Lívio, a um Quinto Cúrcio e a um Lucano. A estes Zurara nada ficava a dever no que tange à escrita da história de grandes homens e seus feitos, segundo o monarca, que diz ainda: “Muytos saõ os que se daõ ao exerciço das armas: e *muy poucos ao estudo da arte oratorya. Assy que poys vos soys nesta arte assaz insinado: e a natureza vos deu graõ parte della: com muyta rezaõ eu e os principais de meus reynos e capitaes deuem dauer a merce que vos seja feyta bem empregada*” (apud ZURARA, 1978, p. 42, grifo nosso).

Seja por natureza, seja por domínio de técnicas retóricas, portanto, Gomes Eanes de Zurara mostrou-se um habilidoso autor de história, de acordo com o seu rei patrocinador. E mais: enquanto os nobres portugueses só iam ao Marrocos em busca de glória e de honra cavaleiresca em suas escaramuças com os mouros, e tantos outros do reino não iam lá senão “por desterro”, Zurara se dispôs a se deslocar até Alcácer Ceguer e adjacências e lá passar cerca de um ano movido somente pelo seu “desejo descreuer a uerdade”, segundo D. Afonso V. A virtude do seu cronista estava, pois, em abrir mão do conforto da corte e submeter-se às penúrias das praças africanas mantidas pelos portugueses a muito custo – “naõ pode alcaçer dar ho que lixboa tem” – com o único fito de apurar e escrever a verdade do que houve (apud ZURARA, 1978, p. 42-43). Não é isto, afinal, o que singulariza a narrativa histórica? E para que ela seja bem escrita, provocando deleite ao mesmo tempo em que ensina, não era necessário que se fizesse um uso eficiente da “boa retórica”? De acordo com D. João I no seu *Livro da Montaria* e com D. Afonso V na carta ao seu cronista, sem dúvida que sim.

Ao immortalizar através da escrita da história inúmeros *exempla* de portugueses que bem obraram a serviço de Deus e do rei, aquém e além-mar, fossem homens ou mulheres, nobres ou plebeus, Gomes Eanes de Zurara facultava-lhes a possibilidade de serem recompensados pela Coroa pelos serviços prestados. Havia um galardão, contudo, também oferecido pelo cronista através da sua escrita, que era considerado melhor do que qualquer proveito perecível: uma ‘memória honrada’ através dos tempos. Nas palavras

de Bernard Guenée (2002, p. 527), o cronista medieval, “escrevendo os nomes no grande livro da memória, (...) era, para a eternidade, o artesão da glória e da vergonha”. É assaz pertinente a metáfora utilizada por Guenée para sintetizar a atividade do cronista. Vale lembrar que “arte” vem do latim *ars*, mas em grego é *techné*, de onde provém “técnica”. Assim, o autor de narrativas históricas na Idade Média, para ser considerado competente, deveria, qual exímio artista/artesão/artífice, dominar determinados procedimentos técnicos, dentre os quais aqueles prescritos pelas artes retóricas, com vistas a tornar crível ao seu público aquilo que ele mesmo, o autor da história, sempre em consonância com a vontade do monarca a que servia, afirmava ser verdadeiro, e cujo conhecimento tanto seria prazeroso quanto proveitoso para as vidas dos seus leitores e ouvintes. Segundo o julgamento deixado pelo próprio D. Afonso V, como vimos, Gomes Eanes de Zurara soube utilizar eficazmente a arte – ou técnica – retórica para bem escrever a história. Aquela que era conveniente ao rei, por certo.

Referências bibliográficas

Fontes

ANÔNIMO. **Retórica a Herênio**. Tradução e introdução de Ana Paula Celestino Faria e Adriana Seabra. São Paulo: Hedra, 2005.

ARISTÓTELES. **Poética**. 3ª ed. Prefácio de Maria Helena da Rocha Pereira. Tradução e notas de Ana Maria Valente. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

AZURARA, G. E. de. **The chronicle of the discovery and conquest of Guinea**. Written by Gomes Eannes de Azurara. v. I. Now first done into English by Charles Raymond Beazley and Edgar Prestage. London: Hakluyt Society, 1986. Disponível em: <<https://archive.org/details/chroniclediscov00unkngoog/page/n6/mode/2up>>. Acesso: 23 jun. 2020.

CICERÓN. **La invención retórica**. Introducción, traducción y notas de Salvador Núñez. Madrid: Editorial Gregos, 1997.

DUARTE (Dom). Leal conselheiro o qual fez Dom Eduarte rey de Portugal e do Algarve e Senhor de Cepta. In: **Obras dos príncipes de Avis**. Introdução e

revisão de M. Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão Editores, 1981a. pp. 233-442.

_____. Livro da ensinança de bem cavalgar toda sela que fez el-rey Dom Eduarte de Portugal e do Algarve e Senhor de Ceuta. In: **Obras dos príncipes de Avis**. Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão Editores, 1981b. pp. 443-523.

_____. **Livro dos conselhos de el-rei D. Duarte (Livro da Cartuxa)**. Edição diplomática de João José Alves Dias. Revisão de A. H. de Oliveira Marques e Teresa F. Rodrigues. Lisboa: Editorial Estampa, 1982.

JOÃO I (Dom). **Libro de montería composto polo señor rey Don Joaom de Portugal, e dos Algarues, e señor de Ceuta**. In: **Obras dos príncipes de Avis**. Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão Editores, 1981. p. 1-231.

LIVIO, T. **Historia de Roma desde su fundación**. Libros I-III. Introducción general de Ángel Sierra. Traducción y notas de José Antonio Villar Vidal. Madrid: Editorial Gredos, 1990.

LOPES, F. **Crónica de D. João I**. v. II. Edição preparada por M. Lopes de Almeida e A. de Magalhães Basto. Porto: Livraria Civilização Editora, 1983.

MONUMENTA Henricina. v. IV (1431-1434). Direcção, organização e anotação crítica de António Joaquim Dias Dinis. Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1962.

MONUMENTA Henricina. v. VI (1437-1439). Direcção, organização e anotação crítica de António Joaquim Dias Dinis. Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1964.

ORDENAÇÕES Afonsinas. Reprodução “fac-símile” da edição da Real Imprensa da Universidade de Coimbra, 1792. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 5 v. Disponível em: <<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/afonsinas/>>. Acesso: 06 jun. 2020.

PEDRO (Infante Dom); VERBA, J. (Frei). O livro da virtuosa bemfeitoria do infante Dom Pedro. In: **Obras dos príncipes de Avis**. Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão Editores, 1981. pp. 525-763.

PINA, R. de. Chronica do senhor rey D. Affonso V. In: **Crónicas de Rui de Pina**. Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão Editores, 1977. pp. 576-881.

ZURARA, G. E. de. **Crónica da tomada de Ceuta**. Introdução e notas de Reis Brasil. Lisboa: Publicações Europa-América, 1992.

_____. **Crónica de Guiné**. 2. ed. Introdução, novas anotações e glossário de José de Bragança. Barcelos: Livraria Civilização Editora, 1973.

_____. **Crónica do conde D. Duarte de Meneses.** Edição diplomática de Larry King. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1978.

_____. **Crónica do conde D. Pedro de Meneses.** Edição e estudo de Maria Teresa Brocardo. Braga: Fundação Calouste Gulbenkian / Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1997.

Estudos

AMBROSIO, R. **De rationibus exordiendi:** os princípios da história em Roma. São Paulo: Associação Editorial Humanitas / Fapesp, 2005.

BARROCA, M. J. Da Reconquista a D. Dinis. In: BARATA, M. T.; TEIXEIRA, N. S. (dir.). **Nova história militar de Portugal.** v. I. Coordenação de José Mattoso. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003. pp. 21-161.

CARVALHO, J. de. **Estudos sobre a cultura portuguesa do século XV.** v. I. Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1949.

COELHO, M. H. da C. **D. João I:** o que re-colheu Boa Memória. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005.

DUARTE, L. M. **Aljubarrota:** crónica dos anos de brasa. 1383-1389. Lisboa: Quidnovi, 2007. (Coleção Guerras e Campanhas Militares da História de Portugal).

_____. **D. Duarte:** requiem por um rei triste. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005.

DUARTE, L. M. A marinha de guerra. A pólvora. O norte de África. In: BARATA, M. T.; TEIXEIRA, N. S. (dir.). **Nova história militar de Portugal.** v. I. Coordenação de José Mattoso. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003. pp. 289-441.

FARIA, A. P. C.; SEABRA, A. Introdução. In: ANÔNIMO. **Retórica a Herênio.** Tradução e introdução de Ana Paula Celestino Faria e Adriana Seabra. São Paulo: Hedra, 2005. pp. 11-39.

FERNANDES, R. M. Rosado. Breve introdução aos estudos retóricos em Portugal. In: LAUSBERG, Heinrich. **Elementos de retórica literária.** 6ª ed. Tradução, prefácio e aditamentos de R. M. Rosado Fernandes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011. pp. 13-32.

FERNANDES, R. M. Rosado. Retórica. In: LANCIANI, G.; TAVANI, G. (org. e coord.). **Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa.** 2ª ed. Trad. José Colaço Barreiros e Artur Guerra. Lisboa: Editorial Caminho, 1993. pp. 574-576.

GOMES, S. A. **D. Afonso V:** o Africano. Lisboa: Círculo de Leitores / Temas e Debates, 2009.

GUENÉE, B. História. In: LE GOFF, J.; SCHMITT, J-C. (coord.). **Dicionário temático do ocidente medieval.** v. I. Coordenação da tradução de Hilário

Franco Júnior. Bauru: EDUSC; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 523-536.

GUIMARÃES, J. S. **“De qualquer outro do povo escrevera seu feito, se o achava em merecimento”**: memória e esquecimento da “gente miúda” nas crônicas de Gomes Eanes de Zurara. 527 f. Tese (Doutorado em Memória: Linguagem e Sociedade) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2019. Disponível em: <https://www.academia.edu/43037191/De_qualquer_outro_do_povo_escreve_ra_seufeito_se_o_achava_em_merecimento_Mem%C3%B3ria_e_esquecimento_da_gente_mi%C3%B3da_nas_cr%C3%B4nicas_de_Gomes_Eanes_de_Zurara>. Acesso: 10 ago. 2020.

HANSEN, J. A. Categorias epidíticas da ekphrasis. **Revista Usp**, São Paulo, n. 71, pp. 85-105, set.-nov. 2006.

_____. Instituição retórica, técnica retórica, discurso. **Matraga**, Rio de Janeiro, v. 20, n 33, jul.-dez. 2013.

HANSEN, J. A.; MOREIRA, M. **Para que todos entendais**: poesia atribuída a Gregório de Matos e Guerra: letrados, manuscrita, retórica, autoria, obra e público na Bahia dos séculos XVII e XVIII. v. 5. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

KOSELLECK, R. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira; revisão da tradução de César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto / Ed. PUC-Rio, 2006.

KRUS, L. Historiografia medieval. In: LANCIANI, G.; TAVANI, G. (org. e coord.). **Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa**. 2. ed. Trad. José Colaço Barreiros e Artur Guerra. Lisboa: Editorial Caminho, 1993. pp. 312-315.

LAPA, M. R. **Lições de literatura portuguesa**: época medieval. 9ª ed. Coimbra: Coimbra Editora, 1977.

MARTINS, A. Lisboa, a cidade e o Estudo: a Universidade de Lisboa no primeiro século da sua existência. In: FERNANDES, Hermenegildo (coord.). **A universidade medieval em Lisboa**: séculos XIII-XVI. Lisboa: Tinta-da-China, 2013. pp. 41-88.

MONTEIRO, J. G. **A guerra em Portugal nos finais da Idade Média**. Lisboa: Editorial Notícias, 1998.

_____. D. Afonso IV (1325) à Batalha de Alfarrobeira (1449): os desafios da maturidade. In: BARATA, M. T.; TEIXEIRA, N. S. (dir.). **Nova história militar de Portugal**. v. I. Coordenação de José Mattoso. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003.

_____. Parte I (1096-1495). In: TEIXEIRA, N. S. (coord.). **História militar de Portugal**. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2017. pp. 15-206.

MOREIRA, F. A. **A Crónica de Portugal de 1419**: fontes, estratégias e posteridade. 466 f. Tese (Doutorado em Literaturas e Culturas Românicas) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2010. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/51635>>. Acesso: 02 jun. 2020.

SARAIVA, A. J. **O crepúsculo da Idade Média em Portugal**. Lisboa: Gradiva, 1988.

_____. **História da literatura portuguesa**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1965.

_____. Zurara. In: SERRÃO, J. (dir.). **Dicionário de história de Portugal**. v. VI. Porto: Livraria Figueirinhas, 1985. p. 358-359.

SERRÃO, J. V. **A historiografia portuguesa**: doutrina e crítica. v. I. Séculos XII-XVI. Lisboa: Editorial Verbo: 1972.

SIMÕES, M. Livro de montaria feito por João I. In: LANCIANI, Giulia; TAVANI, Giuseppe (org. e coord.). **Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa**. 2ª ed. Tradução de José Colaço Barreiros e Artur Guerra. Lisboa: Editorial Caminho, 1993. p. 412.

SOUSA, A. de. 1325-1480. In: MATTOSO, José (dir. e coord.). **História de Portugal**. v. II. A monarquia feudal (1096-1480). Lisboa: Editorial Estampa, 1997. pp. 236-466.